

Apresentação

Neste número dos *Cadernos Metrópole*, apresentamos textos que tratam dos impactos da nova organização do capital nas cidades. Esse fenômeno é notado de modo particularmente intenso nas metrópoles brasileiras, onde são marcantes as desigualdades sociais e o contraste entre as instalações integradas à nova economia mundializadas e as áreas ainda dependentes da economia industrial, cuja modernização vem gerando o desemprego para um sem-número de pessoas – na imensa maioria incapazes de se adequar à nova realidade.

Além desse aspecto sócio-econômico, a dualidade se reflete nitidamente na paisagem metropolitana. Como observa Walter Iglecias em texto apresentado neste número, “territorialmente, os impactos das transformações nos principais mercados de trabalho dessas grandes cidades referem-se à polarização sócio-espacial urbana, com a formação de espaços urbanos extremamente diferenciados e segmentados, como os enclaves fortificados, os guetos, os centros empresariais sofisticados, os *shopping centers*, etc”.

A distribuição espacial desses enclaves e segmentos muda a face das cidades, uma vez que as comunicações entre eles, por mais “virtual” que possa ser na era da informação, demandam estradas, pontes, deslocamento, desapropriações e barreiras, sejam naturais (como é o caso dos acidentes geográficos) ou construídas, como ocorre com avenidas que excluem os que não possuem automóvel.

A “cidade global” combinaria, assim, concentração e dispersão, com focos de modernização e alto padrão de consumo espalhados numa ampla mancha urbana, segundo os padrões estabelecidos pela especulação imobiliária, e populações mais pobres sendo “varridas” para áreas cada vez mais distantes do centro. Nada de muito novo. Como

explica Fany Davidovich, para o caso do Rio de Janeiro: “Os limites dessa configuração espacial estão compreendidos na distância de até pouco mais de duas horas a partir da metrópole, por asfalto e em linha reta, privilegiando a orientação para São Paulo. Forma-se, assim, nítida diferenciação com a resto do estado, onde tem prevalecido o atraso econômico e as funções urbanas tradicionais.

Apesar da existência de enclaves excludentes, locais de residência das elites, a configuração espacial das grandes metrópoles do Cone Sul não pode prescindir da presença da classe trabalhadora, cuja mão-de-obra é usada para a manutenção das atividades de produção e serviços, com algumas lojas que apostam no “consumo popular” massificado, utilizando-se do aparato público de transporte coletivo para favorecer o acesso às áreas mais centrais das sedes metropolitanas.

Lúcia Bógus
Luiz Cesar de Q. Ribeiro